

Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

31 de dezembro 2019



J.P.Morgan

Índice

Relatório dos auditores independentes	2
Balanço patrimonial consolidado	5
Demonstração consolidada do resultado	6
Demonstração consolidada do resultado abrangente.....	7
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas	10

Banco J.P. Morgan S.A.

Demonstrações contábeis

consolidadas em

31 de dezembro de 2019

e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco J.P. Morgan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco J.P. Morgan S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco J.P. Morgan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Banco J.P. Morgan S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Banco J.P. Morgan S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

Balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

		<i>(em reais mil)</i> <u>31/12/2019</u>	<i>(em reais mil)</i> <u>31/12/2018</u>
Ativo	Nota		
Disponibilidades	4	20.663	34.430
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	5 e 6	33.673.465	25.687.695
Instrumentos de dívida		4.259.680	9.661.036
Instrumentos de patrimônio		373.491	1.258.255
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		27.795.377	13.608.259
Instrumentos financeiros derivativos		1.244.917	1.160.145
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		6.570.410	11.301.248
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8a	2.781.271	2.140.673
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8b	3.434.996	8.021.930
Outros ativos financeiros	8c	354.143	1.138.645
Ativo tangível	9	135.882	136.449
Ativo intangível	10	5.727	5.727
Créditos tributários		489.495	370.189
Correntes		17.466	17.329
Diferidos	14	472.029	352.860
Outros ativos	12	966.057	818.512
TOTAL DO ATIVO		<u>41.861.699</u>	<u>38.354.250</u>
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		11.832.832	8.855.612
Instrumentos financeiros derivativos	6	4.281.528	3.494.214
Obrigações por empréstimos	11a	7.504.062	5.310.295
Carteira de câmbio	11a	47.242	51.103
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	11b	23.453.623	23.878.163
Depósitos de clientes		5.887.751	6.136.252
Depósitos de instituições financeiras		456.175	400.958
Obrigações por empréstimos		15.460.927	14.602.647
Outros passivos financeiros		1.648.770	2.738.306
Provisões	13a	578.750	570.514
Passivos fiscais		369.666	99.737
Correntes		244.794	99.737
Diferidos	14	124.872	-
Outros passivos	12	517.682	463.712
TOTAL DO PASSIVO		<u>36.752.553</u>	<u>33.867.738</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital		2.810.981	2.683.481
Reservas		2.303.105	1.807.971
Resultado abrangente acumulado		-	-
Ações em tesouraria		(4.940)	(4.940)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.109.146</u>	<u>4.486.512</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>41.861.699</u>	<u>38.354.250</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>31-dez-19</u>	<u>31-dez-18</u>
Receitas com juros e similares	16a	2.398.555	1.931.547
Despesas com juros e similares	16b	(1.296.022)	(1.209.482)
Receita líquida com juros		1.102.533	722.065
Provisão para perda de crédito	8	(876)	(1.517)
Receita líquida da provisão para perda de crédito		1.101.657	720.548
Receita de tarifas e comissões	17	983.046	627.465
Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros	16c	(484.257)	518.478
Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial	18	517.794	(375.942)
Total de receitas		2.118.240	1.490.549
Despesas tributárias	19	(134.782)	(98.115)
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal		(785.799)	(721.728)
Outras despesas administrativas	20	(231.600)	(240.646)
Depreciação e amortização	9 e 10	(25.773)	(16.693)
Provisões		-	(1.393)
Outras receitas (despesas)		5.404	31.613
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		945.690	443.587
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	(303.442)	(211.215)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		642.248	232.372
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		113.4513	41.0448
Ações preferenciais		113.4513	41.0448
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		5.470	5.470
Ações preferenciais		191	191

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31-dez-19	31-dez-18
LUCRO LÍQUIDO E RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	642.248	232.372
Outros componentes do resultado abrangente	-	1.181
Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda	-	(2.686)
Ganhos transferidos ao resultado por alienação dos ativos disponíveis para venda	-	3.867
Total do resultado abrangente do exercício	642.248	233.553

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	Reservas						Outros resultados abrangentes		Total	
	Capital social	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	Contribuição de Capital	Lucros acumulados	Disponível para venda		Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2017	<u>2.453.981</u>	<u>-</u>	<u>24.939</u>	<u>199.224</u>	<u>1.581.018</u>	<u>36.051</u>	<u>-</u>	<u>2.686</u>	<u>(4.940)</u>	<u>4.292.959</u>
Mudança na adoção inicial do IFRS 9					(586)			-		(586)
Em 01 de janeiro de 2018	<u>2.453.981</u>	<u>-</u>	<u>24.939</u>	<u>199.224</u>	<u>1.580.432</u>	<u>36.051</u>	<u>-</u>	<u>2.686</u>	<u>(4.940)</u>	<u>4.292.373</u>
Aumento de capital	-	229.500	-	-	-	-	-	-	-	229.500
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo								(2.686)		(2.686)
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	4.953	-	-	-	4.953
Distribuição de dividendos					-					-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	232.372	-	-	232.372
Juros sobre capital próprio (R\$ 47.694,75)					(270.000)					(270.000)
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	11.619	-	-	(11.619)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	220.753	-	(220.753)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>2.453.981</u>	<u>229.500</u>	<u>24.939</u>	<u>210.843</u>	<u>1.531.185</u>	<u>41.004</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.940)</u>	<u>4.486.512</u>
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(121)	-	-	-	-	(121)
Aumento de capital	229.500	(102.000)	-	-	-	-	-	-	-	127.500
Ajuste de avaliação patrimonial - valor justo								-		-
Pagamento baseado em ações	-	-	-	-	-	3.007	-	-	-	3.007
Distribuição de dividendos					-					-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	642.248	-	-	642.248
Juros sobre capital próprio (R\$ 26.497,09 por ação)							(150.000)			(150.000)
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	-	-	-	32.112	-	-	(32.112)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	460.136	-	(460.136)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.683.481</u>	<u>127.500</u>	<u>24.939</u>	<u>242.955</u>	<u>1.991.200</u>	<u>44.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.940)</u>	<u>5.109.146</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	2019	2.018
Atividades operacionais		<u>687.702</u>	<u>315.058</u>
Ajustes ao lucro			
Lucro líquido		642.248	232.372
Ajuste ao lucro líquido			
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		85	8
Depreciações		25.773	16.693
Créditos tributários e passivos fiscais diferidos		5.703	43.722
Constituições/reversões de provisões		13.893	22.263
Redução líquido nos ativos operacionais		<u>6.084.854</u>	<u>(9.306.343)</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		6.151.355	(8.485.429)
Ativos financeiros disponível para venda		-	167.109
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		16.380	(1.557.682)
Ativos fiscais correntes		(137)	123.523
Outros ativos		(147.545)	399.083
Juros recebidos		64.801	47.053
Aumento/(Redução) líquido nos passivos operacionais		<u>2.980.192</u>	<u>7.359.051</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		2.977.220	8.855.612
Passivos financeiros para negociação		-	(1.660.715)
Passivos fiscais correntes		145.057	(164.980)
Depósitos		(193.284)	426.349
Outros passivos		210.448	101.715
Imposto de renda e contribuição social pagos		(159.249)	(198.930)
Caixa líquido proveniente / (utilizado) de atividades operacionais		<u>9.752.748</u>	<u>(1.632.234)</u>
Atividades de investimentos			
Imobilizado de uso (aquisições e vendas)		(25.206)	(10.293)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(25.206)</u>	<u>(10.293)</u>
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital (Nota 15)		127.500	229.500
(Redução)/aumento em passivos financeiros ao custo amortizado		(81.879)	2.260.575
Juros pagos		(149.377)	(142.770)
Dividendos ou juros sobre capital próprio (Nota 15)		(150.000)	(270.000)
Caixa líquido (utilizado)/proveniente nas atividades de financiamentos		<u>(253.756)</u>	<u>2.077.305</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>9.473.786</u>	<u>434.778</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	21.642.689	21.207.919
Efeitos das mudanças de taxas de câmbio		(85)	(8)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	31.116.390	21.642.689
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>9.473.786</u>	<u>434.778</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Banco J.P. Morgan S.A. (“Banco”) e suas subsidiárias, localizados em São Paulo operam como banco múltiplo com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio, bem como com operações inerentes às corretoras de câmbio e valores mobiliários e distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

O Banco J.P. Morgan S.A. é controlado pela J.P. Morgan International Finance Limited, que detém 99,6% de seu capital.

Integram o Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A. (“J.P. Morgan” ou “Consolidado”), o Banco e suas subsidiárias diretas: J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, além de seu fundo exclusivo Atacama Multimercado Fundo de Investimento.

As operações do Banco e das empresas controladas são conduzidas no contexto de um Consolidado que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente.

As demonstrações contábeis em IFRS foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2020.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e outras informações

a) Base de preparação

Essas demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan foram elaboradas em atendimento a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas, em acordo com o padrão contábil internacional *International Financial Reporting Standards* (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhares, exceto quando indicado de outro modo.

b) Adoção de novas normas e interpretações

O Consolidado adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir dos exercícios de 2018 e 2019. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Consolidado:

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 – Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e não houve impactos materiais para as demonstrações contábeis consolidadas do J.P. Morgan.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 16 – Arrendamentos: pronunciamento que substitui o IAS 17 – Arrendamentos, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, e traz novos parâmetros para reconhecimento do direito de uso do ativo bem como o passivo contratual a valor presente.

IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: este pronunciamento foi aprovado em substituição ao IAS 18, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018 e trata do reconhecimento de receitas de forma a refletir apropriadamente a transferência de bens ou serviços. Não há impactos para as demonstrações contábeis consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: o Internacional Accounting Standard Board (IASB) aprovou a versão final do IFRS 9 em substituição ao IAS 39 Instrumentos Financeiros, estabelecendo assim novos requerimentos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, avaliação de impairment e hedge accounting. Tal pronunciamento tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

ii. Classificação de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do instrumento financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - essa categoria inclui os ativos financeiros que: (a) sejam designados em um modelo de negócios cujo objetivo é manter os instrumentos para coleta de fluxos de caixa contratuais e pela venda de instrumentos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro gerem fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) - essa categoria inclui os ativos financeiros que não sejam designados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Passivos financeiros – São mensurados ao custo amortizado a não ser que sejam classificados a valor justo por meio do resultado devido ao modelo de negócio cuja característica seja de negociação.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Consolidado pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado ativos e passivos financeiros que atendam às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que tal designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

poderia existir. Destacamos que tal opção não foi utilizada pelo Consolidado.

iii. Modelo de negócios

Representa a forma como é efetuada a gestão dos instrumentos financeiros para gerar fluxos de caixa e depende das intenções de cada linha de negócios em relação a um instrumento individual. Os instrumentos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros.

É necessária a aplicação do SPPI *test* para os ativos financeiros dos modelos de negócios i) e ii).

iv. SPPI *test*

É a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros, onde os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Nos casos em que os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

v. Reclassificação de categorias dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros só devem ser reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial nos casos em que houver alteração no modelo de negócios das linhas de negócios do Consolidado.

vi. Baixa de ativos financeiros e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa se expiram ou quando o Consolidado transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Quando não for possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa. Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

O Consolidado baixa um passivo financeiro quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vii. Compensação

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

viii. Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza e materialidade, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ix. Instrumentos de patrimônio

São instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.

O Consolidado mensura todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a linha de negócio escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do Consolidado é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

x. Mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros classificados nas categorias VJORA e VJR são mensurados ao valor justo.

Em geral, os passivos financeiros, exceto os derivativos e determinadas operações compromissadas, são mensurados ao custo amortizado.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros da demonstração consolidada de resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotam o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Consolidado ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras.

Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como "VJR" são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica "Ganhos (perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros classificados como VJORA são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente na rubrica "Variação do valor justo dos ativos disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são lançados para resultado.

xi. Redução ao valor recuperável ("impairment")

O Consolidado reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Nenhuma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") é reconhecida em instrumentos de capital.

O Consolidado mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos abaixo, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses:

- instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e
- outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumentou substancialmente desde o seu reconhecimento inicial.

xii. Mensuração das perdas de crédito esperadas

O Consolidado estima a perda por redução ao valor recuperável de crédito por meio de uma provisão para perdas esperadas de crédito ("ECLs"). As ECLs são reconhecidas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e para compromissos específicos relacionados a empréstimos, tais como compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira. A medição das ECLs deve refletir:

- (a) Uma quantidade ponderada e imparcial de probabilidades que é determinada pela avaliação

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- de uma gama de resultados possíveis;
- b) O valor do dinheiro no tempo; e
- c) Informações razoáveis e passíveis de verificação sobre eventos passados, condições econômicas atuais e previsões de condições econômicas futuras.

A mensuração da ECL também reflete como o Consolidado administra os instrumentos financeiros.

(i) Valores de perdas de crédito esperadas

Informações, premissas e técnicas utilizadas na estimativa da redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

a) Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são medidos usando um modelo de três estágios com base nas mudanças na qualidade de crédito do instrumento financeiro desde que foi inicialmente reconhecido:

- Estágio 1 - instrumentos financeiros ativos que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial;
- Etapa 2 - instrumentos financeiros ativos que experimentaram um aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3 - instrumentos financeiros que foram considerados como ativos problemáticos. O Consolidado não possui instrumentos financeiros classificados no estágio 3.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 3

Os instrumentos financeiros estão incluídos no Estágio 3 quando houver evidência objetiva de redução do valor recuperável na data do balanço. Para os instrumentos Estágio 3, a ECL é calculada considerando a probabilidade de inadimplência sobre a vida útil remanescente de cada instrumento em uma base de ativo individual e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil líquido (isto é, líquido da provisão para perdas de crédito).

Os ativos financeiros são considerados para fins de avaliação de perda de crédito e incluídos no Estágio 3 quando um ou mais dos seguintes eventos afetam negativamente os fluxos de caixa futuros estimados:

- a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do tomador;
- b) Quando houver atraso ou não pagamento;
- c) O Consolidado viabiliza uma concessão ao tomador por razões econômicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira da contraparte;
- d) Tornou-se provável que o tomador entrará em falência ou sofra reorganização societária;
- e) Um mercado ativo para aquele ativo financeiro não existe mais por causa das dificuldades financeiras do tomador; ou
- f) Um ativo financeiro é comprado ou originado com um grande desconto que reflete uma perda de crédito incorrida.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios acima são consistentes com a forma como o Consolidado define '*default*' para fins internos de gerenciamento de risco de crédito.

Considera-se que um ativo financeiro deixou de estar em *default* quando o tomador efetuou pagamentos por um período mínimo de seis meses e há outra evidência objetiva de melhoria de crédito.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 2

Os instrumentos financeiros que tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial para o qual não há evidência objetiva de *impairment* estão incluídos no Estágio 2.

Para instrumentos no estágio 2, a avaliação da redução ao valor recuperável é calculada considerando a probabilidade de não pagamento ao longo da vida restante do instrumento em uma base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

O Consolidado avalia a evidência de aumento significativo no risco de crédito considerando se houve uma mudança no risco de ocorrência de inadimplência desde que o instrumento financeiro foi inicialmente reconhecido. Para tal análise são considerados os seguintes fatores:

Critérios quantitativos

O Consolidado determina se a probabilidade de uma inadimplência (PD) ocorrer mudou entre o reconhecimento inicial de instrumentos financeiros e a data do balanço. Se a alteração no PD exceder certos limiares relativos e absolutos, o instrumento passou por um aumento significativo no risco de crédito. A avaliação da PD leva em consideração informações razoáveis e suportáveis, incluindo informações sobre eventos passados, condições econômicas atuais e futuras.

Critérios Qualitativos

O Consolidado monitora os tomadores que podem ser prejudicados, incluindo-os em sua lista de observação. Os que estão na lista de observação são considerados como tendo experimentado um aumento significativo no risco de crédito. O Consolidado também monitora as mudanças nos ratings internos de risco de crédito (em relação ao rating de crédito no reconhecimento inicial) e os gatilhos de inadimplência para determinar se um tomador sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os instrumentos financeiros que estão no Estágio 2 são movidos para o Estágio 1 no período em que os critérios quantitativos e qualitativos para um aumento significativo no risco de crédito não existirem mais.

Instrumentos financeiros classificados no estágio 1

Os instrumentos financeiros que não tiveram um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial estão incluídos no Estágio 1 a menos que sejam comprados ou originados com problemas de crédito. Para os instrumentos no Estágio 1, a provisão para perdas é calculada considerando a probabilidade de *default* nos 12 meses após a data de reporte numa base coletiva e a receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto do ativo.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Metodologia de estimativa de perda esperada “*impairment*”

Os seguintes fatores são considerados para a mensuração de perda esperada:

- PD: O modelo estima a probabilidade de *downgrade* e a inadimplência a cada trimestre. As PDs de 12 meses de duração e para vida toda da operação representam a probabilidade de inadimplência que ocorre nos próximos 12 meses e o vencimento remanescente do instrumento, respectivamente. O modelo considera variáveis como região, indústria, segmento específico e outras informações específicas do cenário e do tomador. As PDs são determinadas por operação com base nas classificações de risco e outras características.
- EAD: O modelo prevê a exposição bruta em caso de inadimplência do tomador como uma porcentagem do compromisso total na data de relatório em um determinado ambiente macroeconômico. O modelo estima a probabilidade de mudança na utilização e na direção e magnitude dessa mudança. As variáveis consideradas incluem exposição e utilização na data do relatório, finalidade da operação, indústria e fatores macroeconômicos.
- LGD: O modelo estima as perdas esperadas em determinados ambientes macroeconômicos na EAD, dado o evento de inadimplência e, levando em conta, entre outros atributos, o efeito mitigador da garantia e o valor do dinheiro no tempo.

A ECL de 12 meses é calculada multiplicando a PD de 12 meses, EAD e LGD. A ECL para a vida toda da operação é calculada usando a PD para esse mesmo período.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis do Banco, de suas controladas e de seu fundo exclusivo para os exercícios findos em 31 de dezembro. Todos os saldos, transações, receitas e despesas entre as entidades do grupo são eliminados.

b. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações contábeis, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em reais, moeda funcional do Banco e moeda de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do período.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidas pelo seu valor líquido como "Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial" na demonstração consolidada de resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo (Nota 4).

d. Classificação dos instrumentos financeiros para fins de apresentação

- . "Disponibilidades" - saldos de caixa.
- . "Empréstimos e adiantamentos a clientes" - incluem os empréstimos e financiamentos concedidos a clientes pelo Consolidado, exceto os representados por títulos.
- . "Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras" - créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, inclusive aqueles representados por títulos.
- . "Carteira de câmbio" – inclui operações de câmbio ativas e passivas.
- . "Instrumentos de dívida" - bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- . "Instrumentos de patrimônio" - instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- . "Outros Ativos Financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a receber da intermediação referente operações realizadas na Bolsa (exceto futuros).
- . "Outros Ativos" - referem-se, basicamente, a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a entidade, benefícios ou prestação de serviços em períodos seguintes, e depósitos efetuados por determinação judicial.
- . " Instrumentos financeiros derivativos " - inclui o valor justo dos derivativos que não foram designados como instrumento de cobertura (hedge) em estruturas de cobertura contábil (hedge accounting).
- . "Depósitos de clientes" - inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Consolidado e todos os demais saldos credores do Consolidado junto aos seus clientes.
- . "Depósitos de instituições financeiras" - depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- . "Obrigações por empréstimos " - são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior.
- . "Outros passivos financeiros" - são registradas nesta rubrica, principalmente, valores a pagar para a Bolsa referente operações realizadas através dela (exceto futuros) e relações de interdependências.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e. Ativo tangível

O ativo tangível inclui o valor de sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas e outros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de "despesas administrativas".

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

f. Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Consolidado o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por carteira de clientes e código fonte, sem vida útil definida.

Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment), e consequente contabilização da amortização no resultado, foi utilizado a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios futuros.

g. Provisões

As provisões são saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

As demonstrações contábeis do consolidado incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere provável de que a obrigação tenha de ser liquidada.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

h. Passivos contingentes

O Consolidado revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

i. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. As provisões para garantias financeiras estão detalhadas na nota 8 (d).

j. Ativos sob administração

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração dos respectivos ativos administrados são reconhecidas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração consolidada do resultado, de acordo com a competência da prestação do serviço.

k. Benefícios a funcionários

Plano de pensão

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas.

Unidade de ações restritas

Os funcionários elegíveis do Consolidado participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações concedidas multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). O Consolidado registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, o Consolidado registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado (Nota 21 (b)). Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Consolidado.

l. Impostos

A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. A partir de março de 2020, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente será calculada à alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103.

Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2019:

- (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre prejuízo fiscal e ajustes temporários a serem realizados; e
- (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 20% sobre base negativa e de 15% ou de 20% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes.

São reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

m. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios do Consolidado que foram adquiridos por ele (ações em tesouraria) são deduzidos do patrimônio líquido e contabilizados utilizando o custo médio ponderado. Valores pagos ou recebidos na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no lucro ou prejuízo na compra, na venda, na emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios.

n. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e juros sobre capital próprio são calculados e pagos conforme as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo BACEN .

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio pagos são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o. Estimativas e premissas críticas

Os impactos mais significativos em saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e nas divulgações de notas explicativas, estão descritos nas notas 2 (xii (b)), 3 (h), 14 e 24 (II).

p. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores do J. P. Morgan pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucros por ação.

q. Reconhecimento de receita e despesa

Os critérios mais significativos utilizados pelo Consolidado para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Receita e despesa com juros e similares

Receitas e despesas de juros e similares são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita de tarifas e comissões

O Consolidado auferes receita de taxas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receita provenientes de taxas pode ser segregada nas seguintes categorias:

Taxas auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento e assessoria.

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico.

r. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- . Caixa e equivalentes de caixa - são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

- . Fluxos de caixa - são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- . Atividades operacionais - são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- . Atividades de investimento - são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- . Atividades de financiamento - são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponibilidades	20.663	34.430
Aplicações em operações compromissadas	<u>31.095.727</u>	<u>21.608.259</u>
Total	<u><u>31.116.390</u></u>	<u><u>21.642.689</u></u>

5. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos de dívida, patrimônio e empréstimos e adiantamentos

Para cálculo do valor de mercado da carteira de ativos financeiros são utilizados os seguintes critérios:

- . Títulos públicos federais, títulos privados: apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada “ajuste de avaliação patrimonial”, deduzidos dos efeitos tributários.
- . Ações: cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).
- . Operações compromissadas: Os valores justos foram estimados por meio do cálculo de fluxo de caixa descontado através das taxas de juros oferecidas no mercado considerando prazos e vencimentos similares.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019		
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Instrumentos de dívida	4.250.545	9.135	4.259.680
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	3.491.054	9.044	3.500.098
Debêntures	759.491	91	759.582
Instrumentos de patrimônio	368.363	5.128	373.491
Ações listadas em bolsa	318.164	5.128	323.292
Cotas de fundos de investimento	50.199	-	50.199
Empréstimos e adiantamentos a instituição	27.794.396	981	27.795.377
Aplicações em operações compromissadas	27.794.396	981	27.795.377
Total	32.413.304	15.244	32.428.548

	2018		
Ativos financeiros - VJR	Valor de Custo	Ganhos /(perdas)	Valor Mercado
Instrumentos de dívida	9.639.335	21.701	9.661.036
Títulos da Dívida do Governo Brasileiro	8.878.175	33.909	8.912.084
Debêntures	761.160	(12.208)	748.952
Instrumentos de patrimônio	1.101.787	156.468	1.258.255
Ações listadas em bolsa	1.051.508	156.468	1.207.976
Cotas de fundos de investimento	50.279	-	50.279
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	13.607.756	503	13.608.259
Aplicações em operações compromissadas	13.607.756	503	13.608.259
Total	24.348.878	178.672	24.527.550

6. Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado – Instrumentos financeiros derivativos

O Consolidado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites de risco de mercado das posições.

As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros ou direitos para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos ou direitos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, operações com opções, operações de futuros e operações de *swaps* estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge*, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos são utilizados os seguintes critérios:

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- *Swaps* e termos - apurado com base nos preços médios de negociação ou pelo valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.
- Ações - cotação de fechamento divulgada pela B3.
- Opções - modelo de precificação "Black & Scholes" e modelos internos, quando o modelo "Black & Scholes" não é aplicável.
- Futuros - cotações e taxas publicadas pela B3.

Para os ativos financeiros são realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de apreçamento prevista pela Resolução nº 4.277. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apreçamento adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

CVA (Credit Valuation Adjustment): São realizados ajustes para os derivativos de balcão em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte quando o preço de mercado de um instrumento financeiro (ou parâmetro utilizado para avaliar um instrumento financeiro) não é indicativo da qualidade de crédito da contraparte. A prática de mercado está pautada na premissa de que ao cotar preços, todas as contrapartes em operações de derivativos no mercado de balcão organizado têm a mesma qualidade de crédito. Portanto, é necessário um ajuste para refletir a qualidade de crédito de cada contraparte para se chegar ao valor de mercado. O ajuste também considera fatores contratuais destinados a reduzir a exposição de crédito do Consolidado para cada contraparte, tais como garantias e direitos de compensação.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.189.917 (2018 - R\$ 3.103.849). Os derivativos ativos e passivos são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial uma vez que o Consolidado possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional e porque atende os critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32 – Instrumentos Financeiros. O quadro abaixo demonstra esse efeito de compensação (*offsetting*):

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de "swap"	549.301	2.751.181	504.451	2.431.706
Operações a termo	-	25	84	-
Operações com opções	1.131.930	1.206.045	1.104.347	1.095.107
Operações com futuros	-	119.739	-	22.105
Outros derivativos	426.279	1.067.131	491.094	885.127
Total operações	2.107.510	5.144.121	2.099.976	4.434.045
Efeito do <i>offsetting</i> – transferido	(565.779)	(296.814)	(609.200)	(330.631)
Efeito do <i>offsetting</i> – recebido	(296.814)	(565.779)	(330.631)	(609.200)
Total do efeito do <i>offsetting</i>	(862.593)	(862.593)	(939.831)	(939.831)
Total	1.244.917	4.281.528	1.160.145	3.494.214

Abaixo, composição dos derivativos, antes do processo de *offsetting*, (ativos e passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor de custo corrigido	Ganhos / (Perdas) não realizados	Valor Justo	
			2019	2018
Ativo	2.088.646	18.864	2.107.510	2.099.976
Operações de <i>swap</i>	599.711	(50.410)	549.301	504.451
Operações a termo	-	-	-	84
Operações com opções	1.182.347	(50.417)	1.131.930	1.104.347
Outros derivativos	306.588	119.691	426.279	491.094
Passivo	4.637.720	506.401	5.144.121	4.434.045
Operações de <i>swap</i>	2.322.669	428.512	2.751.181	2.431.706
Operações a termo	-	25	25	-
Operações com opções	1.141.396	64.649	1.206.045	1.095.107
Operações com futuros	119.739	-	119.739	22.105
Outros derivativos	1.053.916	13.215	1.067.131	885.127

Os contratos de derivativos estão segregados da seguinte forma:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2019	2018
Ativo	247.878	454.271	497.866	907.495	2.107.510	2.099.976
Operações de <i>swap</i>	57.324	109.593	219.676	162.708	549.301	504.451
Operações a termo	-	-	-	-	-	84
Operações com opções	107.209	229.137	50.797	744.787	1.131.930	1.104.347
Outros derivativos	83.345	115.541	227.393	-	426.279	491.094
Passivo	481.212	684.761	1.661.568	2.316.580	5.144.121	4.434.045
Operações de <i>swap</i>	57.412	298.743	1.066.749	1.328.277	2.751.181	2.431.706
Operações com opções	210.013	175.221	71.329	749.482	1.206.045	1.095.107
Operações de Futuros	119.739	-	-	-	119.739	22.105
Operações a termo	25	-	-	-	25	-
Outros derivativos	94.023	210.797	523.490	238.821	1.067.131	885.127

Os contratos de derivativos (valor nominal) possuem os seguintes vencimentos:

	Até três meses	Três a doze meses	Um a três anos	Acima de três anos	Total	
					2019	2018
Operações de <i>swap</i>	2.782.622	11.268.291	9.546.575	16.519.809	40.117.297	28.577.333
Operações com opções - comprada	7.204.396	7.213.842	1.079.425	3.920.432	19.418.095	15.459.155
Operações com opções - vendida	7.886.616	6.486.852	1.188.738	3.921.972	19.484.178	15.580.167
Operações a termo	116.329	-	-	-	116.329	2.786.736
Outros derivativos	7.548.102	12.059.095	4.227.436	-	23.834.632	25.568.454

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos e (perdas) realizados e não realizados na carteira de derivativos:

	2019		2018	
	Realizados	Não Realizados	Realizados	Não Realizados
Swap	502.809	(478.922)	(870.004)	(64.045)
Termo	135	(25)	(637)	84
Futuros	102.395	-	1.542.553	-
Opções	241.648	(115.066)	(29.956)	3.072
Outros derivativos	(505.715)	106.476	33.022	(19.799)
Total	341.272	(487.537)	674.978	(80.688)

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1 - as informações observáveis que refletem os preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2 - as informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3 - as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Abaixo segue composição dos valores patrimoniais, sem considerar o offsetting dos derivativos:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2019
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	3.500.098	-	-	3.500.098
Operações Compromissadas	-	27.795.377	-	27.795.377
Debêntures	-	759.582	-	759.582
Cotas de fundos de investimento	-	50.199	-	50.199
Ações listadas em bolsa	323.292	-	-	323.292

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	544.157	5.144	549.301
Opções	-	1.131.930	-	1.131.930
Outros derivativos	-	426.279	-	426.279
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	2.751.181	-	2.751.181
Opções	-	1.206.045	-	1.206.045
Futuros	119.739	-	-	119.739
Operações a termo	-	25	-	25
Outros derivativos	-	1.067.131	-	1.067.131
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	7.504.062	-	7.504.062
Carteira de câmbio	-	47.242	-	47.242
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
				Total 2018
Ativos financeiros – VJR e VJORA				
Títulos da dívida do governo brasileiro	8.912.084	-	-	8.912.084
Debêntures	-	748.952	-	748.952
Cotas de fundos de investimento	-	50.279	-	50.279
Ações listadas em bolsa	1.207.976	-	-	1.207.976
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	501.248	3.203	504.451
Opções	-	1.104.347	-	1.104.347
Operações a termo	-	84	-	84
Outros derivativos	-	491.094	-	491.094
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos				
Operações de <i>swap</i>	-	2.431.706	-	2.431.706
Opções	-	1.095.107	-	1.095.107
Futuros	22.105	-	-	22.105
Outros derivativos	-	885.126	-	885.126
Outros passivos financeiros				
Obrigações por empréstimos	-	5.310.295	-	5.310.295
Carteira de câmbio	-	51.103	-	51.103

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das operações Nível 3:
(Instrumentos financeiros derivativos líquidos)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	3.203	(3.453)
Vencimento de operações	(73)	1.238
Resultado das operações no exercício	2.014	5.418
Saldo final	5.144	3.203

Não houve reclassificação entre nível 1 e 2 e nível 2 e 3 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

7. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

O Consolidado não tem ativos financeiros classificados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

8. Ativos Financeiros mensurados ao Custo Amortizado

a. Empréstimos e adiantamentos a clientes

A carteira de crédito é composta, principalmente, pelos ativos financeiros listados abaixo:

Ativo Financeiro	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	<u>Valor de Custo</u>	<u>Valor de Custo</u>
Empréstimos	618.882	481.677
Títulos descontos	239.041	251.531
Financiamentos	481.848	424.138
Empréstimos de ação	50.763	283.948
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	1.390.737	699.379
Total	2.781.271	2.140.673

A totalidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes, no montante de R\$ 2.781.271 (2018: R\$ 2.140.673), está concentrada no setor privado, não havendo operações com o governo.

Nos exercícios de 2019 e 2018 o Consolidado não possuía operações de crédito em atraso.

Situação de vencimento da carteira:

Empréstimos e adiantamentos a clientes	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	Vencimentos em até um ano	2.169.976
Vencimentos após um ano	611.295	548.647
Total	2.781.271	2.140.673

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras

	2019	2018
	Valor de Custo	Valor de Custo
Ativo Financeiro		
Aplicações em moeda estrangeira	134.648	21.930
Aplicações em operações compromissadas	3.300.348	8.000.000
Total	3.434.996	8.021.930

As operações com instituições financeiras são todas de curto prazo.

c. Outros ativos financeiros

	2019	2018
	Valor de Custo	Valor de Custo
Ativo Financeiro		
Negociação e intermediação de valores	353.862	1.138.364
Outros	281	281
Total	354.143	1.138.645

d. Classificação por estágios e provisão para perda esperada

	2019	
	Estágios	Total
Ativo Financeiro	1	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.783.859	2.783.859
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	3.434.996	3.434.996
Outros ativos financeiros	354.143	354.143
(-) Perda esperada	(2.588)	(2.588)
Total	6.570.410	6.570.410

	2018		
	Estágios		Total
Ativo Financeiro	1	2	
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.231.892	910.134	2.142.026
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	8.021.930	-	8.021.930
Outros ativos financeiros	1.138.645	-	1.138.645
(-) Perda esperada	(457)	(896)	(1.353)
Total	10.392.010	909.238	11.301.248

Não houve reestruturação de ativos problemáticos e recuperação de créditos nos exercícios de 2019 e 2018.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente o Consolidado possui provisão para perda esperada para garantias prestadas a clientes conforme abaixo:

	2019	
	Estágios	Total
Ativo Financeiro	1	
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	2.346.448	2.346.448
(-) Perda esperada	(974)	(974)
Total	2.345.474	2.345.474

	2018		
	Estágios	Total	
Ativo Financeiro	1	2	
Fianças, avais e outras garantias prestadas a clientes	1.268.578	391.821	1.660.399
(-) Perda esperada	(421)	(912)	(1.333)
Total	1.268.157	390.909	1.659.066

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Ativo tangível

	Saldo inicial - 2019			Movimentação - 2019				Saldo final - 2019			
	Custo	Ajustes IFRS 16	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	919	-	-	919	620	(1.179)	-	-	360	-	360
Imóveis de uso	81.444	21.266	(3.500)	99.210	6.474	(5.624)	(12.839)	870	100.060	(11.969)	88.091
Instalações, móveis e equipamentos de uso	35.562	-	(3.063)	32.499	2.542	(2.549)	(7.097)	751	32.492	(6.346)	26.146
Sistema de processamento de dados	18.602	-	(4.006)	14.596	3.105	(7.111)	(3.808)	5.400	10.590	1.592	12.182
Outros	12.263	-	(1.772)	10.491	907	(704)	(2.029)	438	10.694	(1.591)	9.103
	<u>148.790</u>	<u>21.266</u>	<u>(12.341)</u>	<u>157.715</u>	<u>13.648</u>	<u>(17.167)</u>	<u>(25.773)</u>	<u>7.459</u>	<u>154.196</u>	<u>(18.314)</u>	<u>135.882</u>

	Saldo inicial - 2018			Movimentação - 2018				Saldo final - 2018		
	Custo	Depreciação (*)	Total	Adições	Baixa	Depreciação	Baixa de depreciação	Custo	Depreciação (*)	Total
Imobilizações em curso	86	-	86	3.112	(2.279)	-	-	919	-	919
Imóveis de uso	95.126	(13.682)	81.444	-	-	(3.500)	-	81.444	(3.500)	77.944
Instalações, móveis e equipamentos de uso	66.343	(28.041)	38.302	2.089	(4.829)	(7.076)	4.013	35.562	(3.063)	32.499
Sistema de processamento de dados	32.367	(21.303)	11.064	7.538	-	(4.006)	-	18.602	(4.006)	14.596
Outros	22.135	(10.182)	11.953	571	(261)	(2.111)	339	12.263	(1.772)	10.491
	<u>216.057</u>	<u>(73.208)</u>	<u>142.849</u>	<u>13.310</u>	<u>(7.369)</u>	<u>(16.693)</u>	<u>4.352</u>	<u>148.790</u>	<u>(12.341)</u>	<u>136.449</u>

(*) A depreciação é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: imóveis de uso - 4%; máquinas, equipamentos, móveis e utensílios - 10%; e equipamentos de processamento de dados e sistemas de transporte - 20%.

Na aquisição dos ativos tangíveis o Consolidado não assumiu compromissos contratuais, assim como não houve prestação de garantias.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Ativo intangível

	Saldo inicial – 2019			Movimentação – 2019			Saldo Final - 2019		
	Custo	Amortização	Total	Baixas	Impairment*	Baixa de Amortização	Custo	Amortização	Total
Carteira de clientes	3.227	-	3.227	-	-	-	3.227	-	3.227
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>
	Saldo inicial – 2018			Movimentação – 2018			Saldo Final - 2018		
	Custo	Amortização	Total	Adições	Impairment*	Amortização	Custo	Amortização	Total
Carteira de clientes	3.227	-	3.227	-	-	-	3.227	-	3.227
Código fonte	2.500	-	2.500	-	-	-	2.500	-	2.500
	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>	<u>-</u>	<u>5.727</u>

O intangível está representado, principalmente, pela aquisição de carteira de clientes e código fonte sem vida útil definida.

(*) Para avaliação do valor recuperável do ativo (teste de impairment) foi utilizada a aplicação do critério de fluxo de caixa descontado, indicadores de mercado e estimativas de benefícios econômicos futuros.

Com base nessa avaliação, não houve perdas por desvalorização reconhecido no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Passivos financeiros

a. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

Passivos Financeiros - VJR	2019		
	Valor de Custo	Ganhos/(perdas)	Valor Mercado
Obrigações por empréstimos	7.504.009	53	7.504.062
Operações compromissadas	7.504.009	53	7.504.062
Carteira de câmbio	47.242	-	47.242
Carteira de câmbio	47.242	-	47.242
Total	7.551.251	53	7.551.304

Passivos financeiros - VJR	2018		
	Valor de Custo	Ganhos/(perdas)	Valor Mercado
Obrigações por empréstimos	5.307.745	2.550	5.310.295
Operações compromissadas	5.307.745	2.550	5.310.295
Carteira de câmbio	48.431	2.672	51.103
Operações de câmbio	48.431	2.672	51.103
Total	5.356.176	5.222	5.361.398

Em 2019 e 2018, os passivos apresentados acima possuem vencimento em até 1 (um) ano.

b. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros - Custo amortizado	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Depósitos de clientes	3.381.737	2.506.014	5.887.751	6.136.252
Depósitos a prazo	3.061.690	2.506.014	5.567.704	5.962.498
Depósitos à vista	320.047	-	320.047	173.754
Depósitos de instituições financeiras	11.698	444.477	456.175	400.958
Depósitos interfinanceiros	11.698	444.477	456.175	400.958
Obrigações por empréstimos	15.460.927	-	15.460.927	14.602.647
Empréstimos no exterior	15.283.374	-	15.283.374	14.323.010
Operações compromissadas	177.553	-	177.553	279.637
Outros passivos financeiros	1.648.770	-	1.648.770	2.738.306
Relações de interdependências	74.657	-	74.657	30.253
Negociação e intermediação de valores	1.574.113	-	1.574.113	2.708.053
Total	20.503.132	2.950.491	23.453.623	23.878.163

Os empréstimos no exterior são representados por recursos captados em instituições financeiras do J.P.Morgan Chase Bank no exterior, com vencimento em até um ano e com taxa de juros que variam entre 1,33% e 2,45% a.a (2018 - 1,64% e 2,65%a.a).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros ativos e passivos

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros ativos	237.750	728.307	966.057	818.512
Devedores por depósito em garantia	-	728.307	728.307	722.826
Compulsório junto ao BACEN	4.372	-	4.372	3.374
Rendas a receber	108.397	-	108.397	61.018
Diversos	124.981	-	124.981	31.294
Outros passivos	326.787	190.895	517.682	463.712
Sociais e estatutárias	21.487	-	21.487	18.145
Provisão para pagamentos com despesa de pessoal	217.387	190.895	408.282	360.972
Provisão para outros pagamentos	37.395	-	37.395	24.323
Diversos	50.518	-	50.518	60.272

¹Em consonância com os parâmetros estabelecidos pela IFRS 9, os saldos de Negociação e intermediação de valores estão classificados como Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 8(c)) e Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (Nota 11).

13. Contingências e outros compromissos

Em geral, as provisões referentes a ações judiciais do Consolidado são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Assim, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com a relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Consolidado não incluiu estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

As obrigações legais e provisões para contingências constituídas, as variações no exercício e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

(a) Provisões constituídas

(a.1) Composição dos saldos patrimoniais

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Provisões</u>
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	695.700	471.849	688.496	462.686
Cíveis	21.581	71.467	21.655	69.613
Trabalhistas	11.027	35.434	12.675	38.215
	<u>728.308</u>	<u>578.750</u>	<u>722.826</u>	<u>570.514</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de depósitos judiciais e das provisões são todos de longo prazo nas datas-base demonstradas acima.

(a.2) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias			
	Obrigações legais e outros passivos contingentes			
	Cíveis	Trabalhistas	Total 2019	
Saldo inicial	462.686	69.613	38.215	570.514
Despesas financeiras - juros	11.857	2.350	2.421	16.628
Constituições	-	246	3.909	4.155
Reversões	(2.694)	(416)	(3.781)	(6.890)
Pagamentos	-	(326)	(5.330)	(5.657)
	<u>471.849</u>	<u>71.467</u>	<u>35.434</u>	<u>578.750</u>

	Fiscais e previdenciárias			
	Obrigações legais e outros passivos contingentes			
	Cíveis	Trabalhistas	Total 2018	
Saldo inicial	467.818	100.154	39.894	607.866
Despesas financeiras - juros	37.361	7.759	2.338	47.458
Constituições	14.763	-	7.439	22.202
Anistia	(26.260)	-	-	(26.260)
Reversões	(1.131)	(38.297)	(7.969)	(47.397)
Pagamentos	(29.865)	(3)	(3.487)	(33.355)
	<u>462.686</u>	<u>69.613</u>	<u>38.215</u>	<u>570.514</u>

(a.3) Fiscais e previdenciárias - obrigações legais

O Consolidado é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, (ii) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda, (iii) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL, em relação às empresas não financeiras. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(a.4) Fiscais e previdenciárias - passivos contingentes

O Consolidado também é parte em processos judiciais de natureza tributária que são caracterizados como passivos contingentes e cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados externos responsáveis pela condução de tais demandas, sendo as principais, aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) imposição do ISS sem amparo da lei federal (taxatividade da lista federal de serviços em relação à lista municipal) no valor de R\$ 121.648 (2018 - R\$ 115.179); (ii) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 50.688 (2018 - R\$ 50.615); (iii) IRPJ e CSLL, sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F e da CETIP, no valor de R\$ 24.238 (2018 - R\$ 23.191); (iv) IRPJ sobre a glosa de dedução de despesas de PLR e gratificações pagas a diretores estatutários R\$ 42.153 (2018 - R\$ 39.553); (v) outros casos que totalizam R\$ 37.761 (2018 - R\$ 36.440).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.5) Ações trabalhistas

Referem-se a ações trabalhistas contra o Consolidado, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 144.871 (2018 - R\$ 146.074).

(a.6) Ações cíveis

O Consolidado é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível decorrentes, em sua grande maioria, das atividades desenvolvidas pelos bancos e empresas que incorporou ao longo dos anos. Com isso, o Consolidado possui um número limitado de processos relativos à sua atual estrutura e respectivos serviços.

As provisões são constituídas com base nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos sobre a probabilidade de perda de cada ação. A probabilidade de perda é definida através da avaliação individual das ações, que é baseada em análise histórica de informações disponíveis através de experiências em casos passados e semelhantes, daquilo que o mercado vem vivenciando e aplicando, dos entendimentos proferidos por nossos órgãos reguladores e/ou fiscalizadores, das decisões até então proferidas nos casos existentes, assim como na jurisprudência atual dos tribunais.

Os principais processos cíveis são referentes à cobrança de expurgos inflacionários decorrentes dos diversos planos econômicos instituídos pelo Governo Federal brasileiro entre os anos de 1989 e 1994. Tais planos tiveram como objetivo a estabilização econômica e combate à hiperinflação (Planos Econômicos). Através de tais processos os detentores de certos tipos de investimento questionam o valor creditado pelo Consolidado por entenderem que as alterações trazidas pelos Planos Econômicos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. Em dezembro de 2017, foi firmado acordo entre representantes de bancos e associações de defesa do consumidor sobre o ressarcimento de perdas supostamente registradas por conta de planos econômicos, que foi devidamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal no início de 2018. Independentemente do acordo, o tema dos Planos Econômicos ainda depende de uma decisão final do Supremo Tribunal Federal que, em razão da grande relevância da questão, determinou a suspensão de todos os recursos ainda pendentes. Não há, nesse momento, previsão para o julgamento final das ações pendentes no Supremo Tribunal Federal.

As contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montam R\$ 655 (2018 – R\$ 322).

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Diferenças temporárias	432.752	264.859
Contingências	48.844	25.530
Provisão para devedores duvidosos	7.439	541
Provisão para honorários advocatícios	8.350	7.115
Provisão para participação nos lucros	80.456	64.195
Marcação a Mercado - TVM e derivativos	221.965	111.829
Unidade de ações restritas – RSU (Nota 21(b))	62.099	53.854
Outros	3.879	1.795
Prejuízos fiscais e base negativa	38.997	88.001
Total de créditos tributários - ativo	<u>472.029</u>	<u>352.860</u>
Total de créditos tributários - passivo	<u>124.872</u>	<u>-</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 351.607 (2018: R\$ 164.811), tendo sido realizado R\$ 232.438 (2018: R\$ 210.714) sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Em 2019 foi constituído IR diferido passivo, no valor de R\$ 124.872.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado monta a R\$ 383.985 (2018: R\$ 298.948).

Em 2018 o valor de créditos tributários não ativados sobre o prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, objeto de discussão na esfera administrativa, montava R\$ 24.375.

A tributação, considerando as alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social (Nota 3 (I)), sobre o resultado antes dos impostos é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	945.690	443.587
Juros sobre capital próprio	(150.000)	(270.000)
Resultado Ajustado	795.690	173.587
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 15% -2019 / 20% - 2018 de CSLL)	(318.578)	(78.114)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(19.254)	(59.792)
IRPJ e CSLL de períodos anteriores	-	(47.757)
Compensação ativo fiscal diferido	(305)	-
Efeito CSLL 5%	31.756	(17.819)
Outras	2.939	(7.733)
Efeito das adições e exclusões no cálculo de tributo	15.136	(133.101)
IRPJ e CSLL no exercício	(303.442)	(211.215)

15. Patrimônio líquido

O capital social está dividido em 5.661 (2018: 5.661) ações nominativas, sendo 5.470 (2018: 5.470) ordinárias e 191 (2018: 191) preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido estatutário do exercício, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos.

A Reserva de lucros – legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido estatutário do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2018 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 270.000 (Nota 3 (n)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 40.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 121.500. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 229.500 para o aumento do capital do Banco, sem a emissão

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de novas ações, de forma que os valores devidos a título de juros sobre capital próprio não serão pagos diretamente aos acionistas. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 18 de dezembro de 2019 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 150.000 (Nota 3 (n)). O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 22.500. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 60.000. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 127.500 para o aumento do capital da Sociedade, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2020.

16. Receitas e despesas com juros e similares e ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros

(a) Receitas com juros e similares

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	52.747	28.204
Aplicações no mercado aberto	1.660.662	1.438.180
Aplicações em títulos de renda fixa	532.416	260.551
Empréstimos e adiantamentos	147.199	153.037
Aplicações no exterior	2.161	40.379
Outros ativos financeiros	<u>3.370</u>	<u>11.196</u>
	<u>2.398.555</u>	<u>1.931.547</u>

(b) Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos/passivos financeiros	(156.584)	(303.831)
Depósitos	(329.813)	(357.970)
Despesas de operações compromissadas	(559.601)	(487.649)
Outros passivos financeiros	<u>(250.024)</u>	<u>(60.032)</u>
	<u>(1.296.022)</u>	<u>(1.209.482)</u>

c) Ganhos/(perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Instrumentos financeiros	(846.856)	580.546
Instrumentos de dívida e patrimônio	<u>362.599</u>	<u>(62.068)</u>
	<u>(484.257)</u>	<u>518.478</u>

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Receita de tarifas e comissões

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com comissões de colocação de títulos	204.258	91.877
Receita de administração de fundos	83.984	76.434
Receita de serviços de assessoria e consultoria	26.670	71.010
Receita de serviços - exterior	293.970	138.907
Rendas de corretagem - B3	286.415	171.519
Rendas de serviços de custódia	67.542	61.053
Outras receitas	20.207	16.665
	<u>983.046</u>	<u>627.465</u>

18. Ganhos (perdas) líquidos com variação cambial

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moedas estrangeiras e ganhos ou perdas com ativos e passivos em moeda estrangeira, que são reconhecidos nas conversões de itens monetários indexados em moeda estrangeira para moeda funcional do Consolidado, totalizando uma receita de R\$ 517.794 (2018 –despesa de R\$ 375.942).

19. Despesas tributárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas tributárias (PIS, COFINS e ISS)	(134.782)	(98.115)
	<u>(134.782)</u>	<u>(98.115)</u>

20. Outras despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas de serviços com o sistema financeiro	(92.366)	(103.570)
Despesas com serviços de terceiros	(37.612)	(41.078)
Despesas com viagens	(18.291)	(16.283)
Despesas com sistemas e tecnologias	(31.328)	(28.405)
Despesas com aluguéis	(12.194)	(13.774)
Outros	(39.809)	(37.536)
	<u>(231.600)</u>	<u>(240.646)</u>

21. Benefícios a empregados

(a) Previdência privada

O Consolidado é um dos patrocinadores da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício, o Consolidado contribuiu com R\$ 18.636 (2018 – R\$ 19.387) para o fundo de pensão.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Unidade de ações restritas (RSU's)

Os funcionários elegíveis do Consolidado J.P. Morgan participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period*, de 50% das ações se dá em dois anos e dos outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria o plano de benefício em ações é cancelado.

A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	2019	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2018	386.909	32.515
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	141.945	14.149
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(214.034)	(15.282)
Transferência/saida de funcionários	(21.071)	(2.207)
Ações em circulação em 31/12/2019	293.749	29.175

	2018	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de dólares (USD)
Ações em circulação em 31/12/2017	539.665	35.803
Ações outorgadas durante o exercício (<i>granted</i>)	120.602	13.520
Ações entregues no exercício (<i>vested</i>)	(258.726)	(15.549)
Transferência/saida de funcionários	(14.632)	(1.259)
Ações em circulação em 31/12/2018	386.909	32.515

Em função da existência de um acordo com a matriz, que prevê o reembolso dos benefícios concedidos pelo menor valor entre *grant* e *vesting*, foi registrado no exercício um aumento patrimonial no valor R\$ 3.007 (2018 – R\$ 4.953).

O valor contabilizado no passivo em 2019 foi de R\$ 182.655 (2018 – R\$ 153.531) incluindo encargos sociais. Em virtude desse programa a despesa registrada no ano é de R\$ 119.755 (2018 – R\$ 70.504), incluindo os encargos sociais.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Capital

(a) Regulatório

O Conglomerado apura seus limites operacionais do Acordo de Basileia III de forma consolidada de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de Basileia do Consolidado era de 19.34% (2018: 15.89%), conforme demonstrado abaixo.

Cálculo do índice de Basileia

	2019
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	11.095.870
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	1.046.493
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	11.405.832
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	175.973
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	1.389.838
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	2.977.509
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	28.091.514
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	52.345
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 8.0%) + h	2.299.666
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	5.433.264
(k) Adicional de capital principal mínimo requerido	702.288
Margem (j-i-k)	2.431.310
Índice da Basileia = (j) * 8.0%/(i)	19.34%

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Prudencial do BRGAAP.

	2018
(a) RWAcpad – risco de crédito por abordagem padronizada	12.395.205
(b) RWAcam - parcela referente ao risco das exposições em ouro, moeda estrangeira e ativos sujeitos à variação cambial	830.121
(c) RWAJUR - parcelas referente ao risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira de negociação	13.049.377
(d) RWACOM - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço de mercadorias (<i>commodities</i>)	16.418
(e) RWAACS - parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação de preço das ações	770.622
(f) RWAOPAD - parcela referente ao risco operacional	2.890.452
(g) Total RWA (a+b+c+d+e+f)	29.952.194
(h) RBAN - parcela referente ao risco da carteira <i>banking</i>	44.624
(i) Patrimônio de Referência Exigido (g * 8.625%) + h	2.628.001
(j) Patrimônio de Referência Consolidado (PR) ¹	4.759.570
(k) Adicional de capital principal mínimo requerido	561.604
Índice da Basileia = (j) * 8.625%/(i)	15.89%

¹ Patrimônio de Referência Consolidado refere-se ao Conglomerado Financeiro do BRGAAP (“Conglomerado”).

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gerenciamento de capital

É definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos assumidos e planejamento de metas e de necessidades de capital de acordo com o plano estratégico.

As principais atribuições da área de gerenciamento de capital são mensurar corretamente o requerimento de capital e os riscos materiais inerentes à operação do Conglomerado; utilizar sistemas adequados de monitoramento através de reportes periódicos e prover informações que possibilitem o investimento em novos negócios, mesmo em um ambiente de estresse.

23. Partes relacionadas

As transações realizadas com partes relacionadas representadas abaixo foram efetuadas com empresas coligadas ou controladoras do Grupo.

(a) Transações com entidades do Grupo

	2019		2018	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes a caixa	17.382	-	6.478	-
JP Morgan Chase Bank London - GMI	12.319	-	5.798	-
Banco JPMorgan S.A. Mexico	5.063	-	680	-
Aplicações em moeda estrangeira	135.048	2.155	21.936	40.378
JPMorgan Chase Bank, National Association	135.048	2.155	21.936	40.378
Serviços prestados a receber	98.998	418.398	16.813	252.389
J.P. Morgan Securities PLC – Paris Branch	26.652	46.130	-	17.288
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	419	1.258	105	1.258
JPMorgan Chase Bank, National Association	16.338	68.588	5.508	47.267
J.P. Morgan Securities LLC	30.882	68656	2.409	71.063
JPMorgan Asset Management (Europe)	-	624	-	1.667
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	2.678	95.406	111	9.306
Lawton Multimercado	3.864	47.232	3.578	46.870
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	18.165	90.504	5.102	57.670
Outros Valores a receber/(a pagar)	108.831	(4.550)	6.895	(7.584)
J.P. Morgan Securities LLC	-	(729)	(4.456)	(4.260)
JP Morgan Administradora de Carteiras do Brasil Ltda.	54	-	(3.372)	-
JPMorgan Chase Bank, National Association	109.292	-	15.011	(4.752)
Chase Manhattan Holdings Limitada	-	-	18	-
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch	(515)	(417)	(443)	1.428
Lawton Multimercado	-	-	137	-
JPMS PLC Madrid Branch	-	(3.404)	-	-
Depósitos	(127.421)	(91.246)	(1.561.072)	(115.658)
Chase Manhattan Holdings Ltda.	(973)	-	(528)	(9)
JPMorgan Gavea Gestão de Patrimônio Ltda.	(24.790)	(1.358)	(23.606)	(1.388)

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2019		2018	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
HCM Participações Brasil Ltda	(38.159)	(1.567)	(16.875)	(3.144)
J.P. Morgan Administradora de Carteiras do Brasil	(60.279)	(3.580)	(69.417)	(2.330)
J.P.Morgan Investimentos e Finanças Ltda.	(165)	(12)	(559)	-
Norchem Holdings e Negócios S.A.	(211)	-	(171)	-
Norchem Participações e Consultoria S.A.	(184)	-	(93)	(3)
Gaborone Participações Ltda.	(2.643)	(132)	(2.561)	(138)
OEP BRASIL Ltda.	-	-	(2.763)	(141)
Lawton Multimercado	(17)	(84.597)	(1.444.449)	(108.505)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	-	-	(50)	-
Depósitos interfinanceiros	(347.048)	(17.567)	(350.826)	(21.187)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(347.048)	(17.567)	(350.826)	(21.187)
Obrigações por operações compromissadas	(7.519.353)	(300.919)	(5.327.097)	(243.101)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(177.500)	(5.759)	(16.805)	(2.485)
Lawton Multimercado	(7.341.853)	(295.160)	(5.310.292)	(240.616)
Instrumentos financeiros derivativos	200.764	352.012	129.720	(4.464)
JPMorgan Chase Bank National Association - São Paulo Branch	(71.648)	350.115	(15.488)	6.341
Lawton Multimercado	183.411	(8.981)	69.501	(10.805)
J.P. Morgan Overseas Capital LLC	89.001	10.878	75.707	-
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira	(15.328.827)	(297.151)	(14.327.908)	(225.359)
JPMorgan Chase Bank, National Association	(15.328.827)	(297.151)	(14.327.908)	(225.359)
Despesa de pessoal	(122.716)	(73.076)	(106.718)	(50.380)
JPMorgan Chase & CO.	(122.716)	(73.076)	(106.718)	(50.380)
Operação de Câmbio	1.710	1.165	383	4.728
JPMorgan Chase Bank National Association São Paulo Branch	1.710	1.165	383	4.728

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

(b) Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os membros do Comitê Executivo do Banco e/ou os diretores estatutários. A despesa com a remuneração dos administradores incorrida no exercício está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Salários e encargos	27.029	26.097
Participação nos lucros e gratificações	61.738	49.599
Encargos sobre gratificações	27.738	17.961
Planos de aposentadoria e pensão	1.184	1.546
Outros benefícios	1.780	1.603

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Gerenciamento de riscos financeiros

O Consolidado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes.

O gerenciamento de riscos de mercado e crédito é de responsabilidade da Diretoria de Riscos do Consolidado.

I Processos de identificação e mensuração dos riscos de mercado operacional, liquidez e de crédito

(a) Risco de mercado

Risco de mercado é a exposição a uma mudança adversa no valor de mercado de instrumentos financeiros causada por uma mudança em parâmetros de mercado. Os principais parâmetros de mercado são: Taxas de Juros, Taxas de Câmbio, Renda Variável, Spreads de Crédito e Preços de Commodities.

Principais funções da Unidade de Reporte de Riscos:

- a. Identificar, medir, controlar e analisar os riscos de mercado, assegurando que os riscos assumidos estejam de acordo com os limites de risco de mercado estabelecidos pela Administração do conglomerado J.P. Morgan.
- b. Consolidar as posições de risco de todo o conglomerado J.P. Morgan sujeitas aos riscos de mercado;
- c. Analisar as propostas de limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação à Diretoria, área de Risco de Mercado Regional e ao Comitê Operacional (“Brazil OC”);
- d. Propor limites de risco de mercado e apresentar sua recomendação ao comitê de Risco de Brasil (“BRC”), área de Risco de Mercado corporativa e ao Comitê Operacional (“Brazil OC”);
- e. Conhecer, analisar, controlar e reportar, de forma continuada, a situação, evolução e tendências das posições de risco de mercado e dos resultados.

A Gerência de Risco de Mercado é responsável por monitorar e reportar diariamente as utilizações de limites, revisar a política pelo menos anualmente, garantir que a infra-estrutura dos sistemas de risco de mercado seja adequada, informar diariamente as posições de risco para a alta administração, incluindo os supervisores das Unidades de Negócios, Traders e Diretor Estatutário de Riscos das Entidades (Legal Entity Risk Manager, LERM).

O gerenciamento, monitoramento e controle de Risco de Mercado é feito diariamente através de três tipos de medidas: estatísticas, não-estatísticas e simulações de estresse.

a) Medidas estatísticas são representadas pelo *Value at Risk* (VaR):

É uma medida estatística que estima a perda potencial decorrente de movimentos adversos em condições normais de mercado. Calculado utilizando simulação histórica – 1 ano de série histórica, horizonte de 1 dia e nível de confiança de 95%.

b) As medidas não-estatísticas são utilizadas com o intuito de limitar o tamanho absoluto das posições em aberto. As principais medidas não estatísticas são:

Valor de mercado;

Basis Point Value (BPVs): Variação do valor de mercado decorrente de um aumento de um ponto-base (+0.01%) nas taxas de juros;

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Delta: sensibilidade de primeira ordem em relação ao ativo subjacente;

Gamma: sensibilidade de segunda ordem em relação ao ativo subjacente;

Vega: sensibilidade de primeira ordem em relação à volatilidade implícita;

Rho: equivalente ao BPV, sensibilidade de primeira ordem à taxa de juro.

c) Teste de estresse, que também é uma medida não-estatística, visa capturar eventos de mercado atípicos, porém plausíveis e medir as perdas e ganhos potenciais.

Os cenários buscam definir e antecipar eventos futuros em vez de replicar crises passadas. Projetados de forma que cada cenário seja impulsionado por um grande movimento em pelo menos uma classe de ativos (epicentro econômico) e contágio nas classes remanescentes (i.e., câmbio, taxas de juros, preços de ações e commodities)

Estrutura de Limites

Os limites são estabelecidos pela Area de Riscos de Mercado e pelos Diretores das Unidades de Negócios. Os outorgantes decidiram estabelecer limites de VaR, Estresse, “*Stop-Loss*” e de sensibilidades (limites não-estatísticos). Os limites são apresentados pelos signatários de limites apropriados e pré-estabelecidos e são, também, apresentados ao Comitê de Risco de Brasil (“BRC”) e ao Comitê Operacional (“Brazil OC”).

Seguem dados quantitativos:

VaR 95% do Conglomerado J.P.Morgan (valores em reais)

Fator de Risco	VaR	
	Dez-19	Dez-18
Moeda Estrangeira	1,949	11,526
Taxa de Juros	11,702	934
Renda Variável	2,340	1,064
Efeito Diversificação	(3,279)	52
	-	-
Total	12,712	13,576

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório de risco de mercado - exposição (valores em reais)

Fator de Risco		Dez-19	Dez-18
BPV	Juros Pré	(107)	(383)
	Inflação	(354)	(38)
	USD	(222)	(176)
	USD - On	209	29
	Outros	(161)	(107)
FX Delta	USD	(134,523)	55,788
	JPY	(10,216)	(31,640)
	EUR	(34,975)	24,777
	GBP	(187,764)	(70,054)
	Outras	(19,617)	(8,552)
Ações	Delta	(217,263)	27,727

Resultado dos Testes de Stress (valores em reais)

Cenário	Dez-19	Dez-18
Bond SellOff	332,635	(50,677)
Cmdty SellOff	98,820	(111,578)
Credit Crisis	69,516	(87,227)
Basis	(51,456)	(24,948)
EM Sell Off	277,649	(103,809)
Equity Collapse	(63,234)	(153,538)
EURO Zone	62,194	(88,680)
Gen.Recovery	(641)	(2,218)
Inflation	(21,833)	(207,759)
Oil Crisis	221,406	(51,177)
USD Crisis	(162,495)	(165,179)

Cenários:

- Equity Collapse é representado por uma reversão abrupta no mercado de ações após um longo e sustentado período de aquecimento do mercado global.
- Credit Crisis é representado por uma instabilidade política nos países emergentes gerando fuga de recursos destes mercados para o mercado americano e europeu.
- Bond Sell Off é representado por uma crise deflagrada por uma mudança na política monetária nos EUA para contracionista (“hawkish”).
- Inflation. Similar ao Bond Sell Off, no entanto a crise é deflagrada por alta inesperada da inflação nos EUA.
- USD Crisis é representado por uma crise deflagrada por desvalorização significativa do dólar em relação às outras moedas do G10.
- Commodities Sell Off Crisis é representado por uma crise decorrente de queda abrupta nos preços de commodities.
- Emerging Markets é representado por uma crise severa em mercados emergentes e fuga de capitais para mercados desenvolvidos.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- EURO Zone é representado por uma crise deflagrada por fuga de capitais dos seguintes países da União Européia: Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.
- General Recovery: neste cenário os mercados estão positivos globalmente e se observa uma venda moderada de títulos da dívida de países desenvolvidos e pequena desvalorização de metais preciosos.
- Dealer Exit é representado pelos efeitos decorrentes do zeramento de posições de menor liquidez concentradas em um investidor ou dealer de grande porte.

(b) Risco operacional

Risco operacional é o risco de perda resultante da gestão inadequada de processos ou sistemas, falhas humanas ou eventos externos, que não estejam relacionados a risco de crédito ou mercado. O risco operacional é parte das atividades do Consolidado e pode se manifestar de diferentes formas, incluindo mas não se limitando a atos fraudulentos, interrupção de negócios, comportamento inadequado de colaboradores, falha no cumprimento de leis e regulamentos, ou falha na prestação de serviços por parte de terceiros contratados. Estes eventos podem resultar em perdas financeiras, litígios, multas ou outras penalidades.

Para monitorar e controlar os riscos operacionais, o Consolidado possui um arcabouço definido para manter um ambiente de risco controlado. Os componentes principais deste arcabouço são: governança, identificação de risco, avaliação, monitoramento e medição. A área de Gestão de Risco é responsável por definir e prescrever o arcabouço para as linhas de negócios e para as funções corporativas, e por exercer uma supervisão independente de sua implementação cuja responsabilidade é das linhas de negócio.

O Consolidado mantém uma supervisão das políticas, práticas e governança de risco operacional. A gestão deste risco é voltada para reduzir as perdas operacionais através de controles que incluem medidas, ferramentas e disciplinas que são específicas para este risco e utilizadas em todo o Consolidado. Estas ferramentas incluem análise de perdas operacionais e eventos de risco, suas causas, relatórios específicos e planos de ação, métricas de controle entre outros. Os comitês de governança são definidos e estruturados de forma a dar transparência à informação e permitir escalar eventos e riscos significativos e garantir a solução dos problemas relacionados a estes riscos operacionais identificados.

(c) Risco de liquidez

Liquidez é a capacidade de uma instituição de cumprir com os seus compromissos financeiros nos respectivos vencimentos. Risco de liquidez, por sua vez, é a possibilidade de não ser capaz de honrar com estas obrigações, sem incorrer em perdas substanciais.

A gestão de risco de liquidez no Conglomerado define-se por um conjunto de processos que visa garantir sua capacidade de pagamento, monitorando diariamente a projeção de fluxos de caixa e seus descasamentos, realizando simulações com cenários de stress, atuando dentro dos indicadores estabelecidos internamente e dos requerimentos regulatórios. Estes indicadores operacionais levam em consideração os seguintes aspectos: composição dos ativos, contrapartes e alternativas de instrumentos de captação.

Os procedimentos encontram-se devidamente documentados e são do conhecimento de todos os envolvidos, incluindo a administração do J.P. Morgan, que aprova qualquer atualização na política de gerenciamento de risco de liquidez e recebe relatório diário com a condição de liquidez do conglomerado.

Para o controle e gestão de risco de liquidez existe uma gerência independente das áreas de negócio estabelecidas no país, a Tesouraria Corporativa Local.

São responsabilidades desta unidade:

- Monitora a gestão de risco de liquidez no país;
- Propõe orientação para as estratégias de gestão de risco de liquidez;
- Revisa e aprova as orientações para captação de recursos para as funções da tesouraria local;

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Revisa e aprova a Política Gestão de Risco de Liquidez e Plano de Contingência pelo menos uma vez ao ano;
- Atua como ponto de referência para a Tesouraria Corporativa Global com relação à coordenação dos requerimentos para o risco de liquidez global; e
- Responsável pela captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez. Intrínsecos a este mandato mais amplo estão:
 - gerencia o perfil de ativos e passivos e da exposição gerada pelo descasamento entre eles;
 - garante o contínuo acesso às fontes mais baratas de captação de recursos externas;
 - mantém adequadamente o caixa e as reservas de garantia;
 - garante o canal de transferência de captações entre membros do grupo; e
 - garante (conjuntamente com as áreas de Finanças e *Compliance*) que o JP Morgan está em cumprimento com as leis locais específicas e exigências regulatórias relacionadas à captação de recursos e gerenciamento de risco de liquidez.

Também é responsabilidade desta unidade manter atualizado o plano de contingência.

O Conglomerado envia mensalmente ao Banco Central do Brasil o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) segundo as regras e processos estabelecidos pela Resolução 4.557.

A gestão de risco de liquidez não somente é realizada através das exigências regulatórias mas também e fundamentalmente através do controle diário dos fluxos de caixa esperados.

A Tesouraria Corporativa Local monitora diariamente o fluxo esperado de entradas e saídas de caixa para os próximos noventa dias, prazo este determinado e suficiente, dada a considerável participação dos ativos líquidos nos ativos totais (70.06%) e sua relevância também em relação aos recursos de curto prazo (94.98%). Durante o exercício de 2019, o conglomerado manteve estes indicadores de forma a garantir o adequado gerenciamento de risco de liquidez.

Indicadores de Liquidez	2019	2018
Ativos líquidos / Ativos totais	70.06%	59.12%
Ativos líquidos / Recursos de curto prazo	94.98%	139.99%

Segue relatório com os fluxos de caixa não descontados usado diariamente pela Tesouraria Corporativa Local:

R\$ milhões	Liquidez Total Disponível		
	2019	2018	2017
Dia 1	14,443	15,250	12,698
2 - 7	14,065	14,617	12,123
8 - 14	13,918	13,647	11,996
15 - 30	13,243	13,506	11,898
31 - 60	12,957	13,317	11,510
61 - 90 dias	12,592	13,443	11,193

Teste de Estresse

O JP Morgan conduz um teste de estresse de risco de liquidez semanalmente, utilizando o modelo corporativo de estresse. São aplicados fatores de ponderação por tipo de produto com o intuito de representar os efeitos de um cenário de estresse de liquidez.

Os resultados do teste de estresse são utilizados para identificar e quantificar as fontes de potencial redução na liquidez, e para analisar possíveis impactos no fluxo de caixa da instituição, na posição de

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

liquidez, na rentabilidade, e na solvência. O teste de estresse também é utilizado para assegurar que as exposições atuais estejam consistentes com a tolerância de risco de liquidez estabelecida pela instituição financeira. Dependendo do resultado do teste de estresse, a alta gerência pode tomar ações corretivas ou mitigadoras para limitar as exposições da instituição, aumentar o colchão de liquidez, e ajustar o perfil de liquidez para atender sua tolerância ao risco.

Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma extensão da Política de Risco de Liquidez e projeta as necessidades e as fontes de captação de recursos sob condições estabelecidas pelo cenários corporativos. O objetivo do Plano de Contingência é assegurar a liquidez apropriada durante períodos de estresse.

A ativação do processo de contingência é responsabilidade da Tesouraria Corporativa Local, juntamente com a alta gerência. Dependendo da natureza e gravidade da situação, haverá frequente comunicação para otimizar a eficiência do plano de contingência durante um evento adverso de liquidez, assegurando que as decisões tomadas sejam coordenadas para minimizar qualquer agravamento da condição de liquidez.

Esta comunicação irá assumir as formas consideradas adequadas no momento. Com a intensificação da situação de estresse, a alta gerência pode solicitar a Tesouraria Corporativa Local produção diária de relatórios regulares de risco de liquidez e informações complementares. Para mitigar o potencial de contágio, a comunicação eficaz com as contrapartes, agências de classificação de risco, e outras partes interessadas, é de vital importância quando surge um problema de liquidez.

As ações de comunicação serão baseadas nas exigências e gravidade do evento específico. Várias condições ou eventos podem servir como indicadores de potenciais problemas de liquidez. Esses eventos podem ser específicos do JP Morgan ou resultantes das condições de mercado. A natureza dos eventos também pode ser qualitativa ou quantitativa. Qualquer um dos eventos isoladamente pode não causar problemas, mas em combinação, dependendo da sua gravidade, podem resultar em perda significativa de liquidez.

ALCO (Comitê de Ativos e Passivos)

O gerenciamento de risco de liquidez faz parte das responsabilidades primárias do Comitê de Ativos e Passivos, o qual é composto pelo Tesoureiro, o Diretor de Controladoria (SFO), o Presidente (SCO), o Diretor de Operações, o Diretor de Riscos, as equipes de Tesouraria Corporativa Local e Global, e representantes de cada área de negócio presente no país.

(d) Risco de crédito

Define-se como Risco de Crédito a possibilidade de perdas resultantes pelo não recebimento de valores contratados junto a clientes em decorrência da incapacidade econômico-financeira destes mesmos clientes. Esta definição inclui todas operações nas quais a Instituição concede, ou se compromete a conceder, financiamento sob suas mais diversas formas, incluindo empréstimos, repasses, adiantamentos, compromisso de empréstimos, garantias, cartas de crédito e operações de derivativos (futuros, swaps, forwards e opções) nas quais o cliente pode vir a se tornar devedor.

As principais funções e respectivos processos de identificação e mensuração do risco de Crédito são:

- avaliação da capacidade dos clientes do JP Morgan Brasil de gerarem recursos suficientes através de suas atividades comerciais e conversão de seus ativos, visando a liquidação de suas obrigações operacionais e financeiras em seus devidos vencimentos e na forma como foram contratadas. Processos: análise de crédito individual, revisão anual e trimestral de crédito.

Consolidado IFRS Banco J.P. Morgan S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. atribuição de uma classificação de risco (rating) a nível de tomador e operação, que seja compatível com a situação econômico financeira de seus clientes e com a disponibilidade e liquidez das garantias apresentadas, se for o caso. Processos: aplicação das metodologias internas de ratings (FBI), revisão trimestral de ratings (Tiering), revisão mensal das provisões de crédito.

. aprovação de forma independente todos limites de crédito atribuídos aos clientes, monitorar e gerenciar sua utilização de forma ativa e frequente. Processos: aplicação das alçadas de crédito globais, revisão mensal do portfólio de crédito; utilização do sistema de monitoramento diário de excessos potenciais (OWL-overlimits monitoring).

. monitoramento, avaliação e gerencia do portfólio de crédito sob o ponto de vista de possíveis concentrações em clientes, ratings, setores econômicos, regiões ou produtos, assegurando uma distribuição equilibrada de riscos. Processos: revisão mensal do portfólio de crédito, revisão trimestral de ratings (Tiering), processo de revisão trimestral de créditos problemáticos (CSR)

. participar das discussões e atribuições de provisões e reservas de capital adequadas ao nível de exposição e portfólio de crédito. Processo: revisão mensal das provisões de crédito

A autoridade para aprovar linhas de crédito cabe estritamente aos executivos de Crédito e obedece a uma hierarquia definida por uma política interna de crédito. As alçadas de aprovação são limitadas por níveis de autoridade os quais definem montantes e prazos máximos de acordo com a classificação de risco de cada cliente. A política corporativa de risco de crédito é aplicada a todas as área de gerenciamento de risco de crédito em todas as subsidiárias do grupo JPMorgan no mundo.

II Processos de validação dos modelos de precificação

Os processos de definição, aprovação e revisão das metodologias e parâmetros utilizados seguem a Política Global de Estimativas e Gestão de Risco de Modelos. A responsabilidade pelo desenvolvimento e validação dos modelos de precificação é da área de Quantitative Research (QR).

A política de risco de modelo requer que todas as operações sejam registradas em modelos aprovados e dentro do escopo e limitações desse modelo.

MRGR (Model Risk Governance and Review Group) é um grupo independente e responsável por estabelecer o rigoroso processo de governança. Tem como principal função revisar e aprovar novos modelos bem como mudanças significativas nos existentes de modo a permitir a manutenção do seu uso.

Valuation Control Group (VCG) é a área responsável por aprovar as fontes para todos os preços de mercado e outros parâmetros usados nas rotinas de precificação mensal e deve fornecer as diretrizes e a préaprovação nos casos em que a precificação de um contrato seja diferente de sua essência. VCG também é responsável pelos ajustes de preços realizados de forma totalmente independente, além de determinar a metodologia para computar estes ajustes de precificação, garantindo o reconhecimento destes nas demonstrações financeiras da instituição.

* * *